

RELATÓRIO ANUAL 2025

**COMPROMISSO
COM A SOLIDEZ**



Administrar com responsabilidade os recursos provenientes do setor empresarial é um compromisso permanente da FecomercioSP. Cabe-nos honrar a confiança dos empresários dos setores de Comércio, Serviços e Turismo no trabalho desenvolvido pela Entidade na defesa de um ambiente econômico menos hostil ao ato de empregar.

Isso significa conduzir os recursos com transparência, assegurando a manutenção das atividades e a capacidade de investir na modernização das nossas ações.

Planejamento e visão de longo prazo são essenciais para garantir uma gestão que direcione esforços de forma coesa para áreas prioritárias.

As páginas a seguir mostram que não se trata somente de administrar o orçamento, mas também de fundamentar que cada decisão contribua para uma entidade eficiente e conectada às oportunidades do momento.

ABRAM SZAJMAN

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECOMERCIO-SP)

IVO DALL'ACQUA JÚNIOR

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECOMERCIO-SP)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Integram este relatório anual, os Demonstrativos Contábeis da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), relativos ao exercício de 2025, acompanhados, para efeitos comparativo, de uma coluna referenciando o exercício anterior de 2024, composto por:

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS

REINALDO PEDRO CORRÊA

DIRETOR-TESOUREIRO

CÉLIO RICARDO DE SOUZA

CONTADOR - CRC-SP.1SP213202/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)



ATIVO

	Notas	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.765.556	1.515.385
Contas a receber	5	18.077	17.901
Adiantamentos		125	130
Outros créditos		37	40
		1.783.795	1.533.456
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	5	5.710	4.978
Depósitos judiciais		1.508	1.518
Despesas antecipadas		872	966
Outros créditos		6.870	6.211
Propriedades para investimentos	6	297.050	279.849
Imobilizado	7	27.505	19.592
Intangível	8	38.537	39.901
		378.052	353.015
TOTAL DO ATIVO		2.161.847	1.886.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		757	691
Obrigações trabalhistas	9	1.835	1.753
Obrigações tributárias		133	135
Arrendamento mercantil	10	3.952	3.282
Outras contas a pagar		40	16
		6.717	5.877
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamento mercantil	10	28.553	33.063
Outras contas a pagar		5.710	4.978
		34.263	38.041
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	12	1.671.021	1.487.828
Ajuste de avaliação patrimonial		171.532	171.532
Superávit acumulado		278.314	183.193
		2.120.867	1.842.553
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.161.847	1.886.471

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)



	Notas	2025	2024
<u>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</u>	13	155.095	155.999
<u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>			
Com pessoal	14	(12.678)	(15.154)
Gerais e administrativas	15	(56.345)	(53.645)
Despesas com conselho		(14.426)	(13.576)
Ajuste a valor justo	6	17.201	10.799
Outras receitas e despesas		22	4.387
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(66.226)	(67.189)
<u>SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</u>		88.869	88.810
Resultado financeiro líquido	16	189.445	94.383
<u>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</u>		278.314	183.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRAGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)



	2025	2024
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	278.314	183.193
Outros resultados abrangentes		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	278.314	183.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(EM MILHARES DE REAIS)



	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2023 (REAPRESENTADO)	1.089.467	171.532	398.361	1.659.360
Transferência para patrimônio social	398.361		(398.361)	
Superávit do exercício			183.193	183.193
SALDOS EM 31/12/2024	1.487.828	171.532	183.193	1.842.553
Transferência para patrimônio social	183.193		(183.193)	
Superávit do exercício			278.314	278.314
SALDOS EM 31/12/2025	1.671.021	171.532	278.314	2.120.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)



	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	278.314	183.193
AJUSTES PARA RECONCILIAR O SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS COM OS RECURSOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ajuste a valor justo das propriedades para investimentos	(17.201)	(10.799)
Baixa líquida das propriedades para investimentos		230.395
Depreciação e amortização	6.554	6.009
Baixa líquida de imobilizado e intangível	1.108	3.118
	268.775	411.916
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Aplicações financeiras	(732)	(591)
Contas a receber	(176)	(1.226)
Adiantamentos	5	(33)
Depósitos judiciais	10	31
Despesas antecipadas	94	92
Outros créditos	(656)	(292)
Fornecedores	66	(462)
Obrigações trabalhistas e tributárias	80	979
Arrendamento mercantil	(3.840)	(3.215)
Outras contas a pagar	756	394
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	264.382	407.593

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado	(14.211)	(9.832)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(14.211)	(9.832)
ACRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES	250.171	397.761
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.515.385	1.117.624
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.765.556	1.515.385
ACRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES	250.171	397.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)



1**CONTEXTO OPERACIONAL**

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (“FECOMERCIO SP” ou “Federação”), situada em São Paulo, é uma entidade sindical patronal sem fins lucrativos, de duração indeterminada e juridicamente constituída como pessoa de direito privado. Integrante do Sistema Confederativo de Representação Sindical do Comércio (SICOMERCIO) e filiada à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a FECOMERCIO SP é a principal representante dos setores de Comércio, Serviços e Turismo no Estado. Além disso, administra as atividades do Serviço Social do Comércio (SESC-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-SP) em São Paulo.

Visando, entre outros desígnios que norteiam sua atuação, ao desenvolvimento do empreendedorismo, a FECOMERCIO SP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores que analisam proposições, regulamentações e conjunturas para apresentar aos Poderes Públicos propostas de ações voltadas para a desburocratização, para a modernização e para outras melhorias do ambiente de negócios; desenvolvem soluções para os entraves que afetam as atividades empresariais; e elaboram pesquisas e disponibilizam estudos sobre questões que influenciam operações da classe por ela representada, que abarca cerca de 1,8 milhão de empresários, cujas atividades respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de ocupações.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem fins de lucros”.

As demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela administração da Federação em 7 de abril de 2026.

2.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultados.

2.3 MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional da FECOMERCIO SP é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Federação opera. As principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R\$ (reais). Dessa forma, considera-se como moeda funcional a moeda local (reais). Todas as informações financeiras apresentadas arredondadas são para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício do julgamento por parte da administração da Federação no processo de aplicação de políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para perdas esperadas, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valor significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras em razão do tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Federação revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano.

3**RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo descrito o contrário.

3.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Federação se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, assim como fornecedores. Os instrumentos financeiros que não são reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados, conforme descrevemos a seguir.

I. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se as Entidades gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Entidade. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Federação não possuía instrumentos financeiros derivativos e, conseqüentemente, também não adotou a prática de Hedge Accounting.

II. ATIVOS FINANCEIROS

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

A FECOMERCIO SP determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado e dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Federação incluem caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4), classificados ao valor justo por meio de resultado e contas a receber (nota explicativa nº 5) e outros créditos, classificados como empréstimos e recebíveis.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- a Federação transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo ou “repasse”; e (a) a Federação transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Federação não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Federação tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos a um ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Federação com o ativo. Neste caso, a Federação também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e nas obrigações que a Federação manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Federação. Dos dois, o menor.

III. PASSIVOS FINANCEIROS

Os principais passivos financeiros da Federação incluem fornecedores e outras contas a pagar, que estão classificados como subsequentemente ao custo amortizado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

IV. APRESENTAÇÃO LÍQUIDA

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 AJUSTE A VALOR PRESENTE

A administração analisa suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, considerando a relevância dos saldos e das transações, para identificação e mensuração de possíveis ajustes a valor presente. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Federação não efetuou nenhum ajuste dessa natureza.

3.3 APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e despesas são registradas pelo princípio da competência dos exercícios.

3.4

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamentos de obrigações de curto prazo, e não para fins de investimentos ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa, ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação do valor justo de mercado.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e as aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.5

CONTAS A RECEBER

As contas a receber são reconhecidas ao preço da transação, deduzidas de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Federação de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Federação espera receber).

3.6 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Os imóveis foram adquiridos para renda e/ou para apreciação de capital no longo prazo e são classificados como propriedade para investimento, dentro do subgrupo investimento do ativo não circulante. Foram reconhecidos, inicialmente, pelo valor de custo e ajustados ao valor justo.

Os resultados dos ajustes a valor justo são registrados na rubrica do resultado “Ajuste a valor justo”. A determinação do valor justo foi realizada com a avaliação pelo método comparativo direto de dados de mercado.

3.7 IMOBILIZADO

Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear.

INTANGÍVEL

3.8 Avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de amortização acumulada. A amortização é reconhecida com base na estimativa de rentabilidade futura do ativo pelo método linear, a qual é revisada no final da data do balanço patrimonial e o efeito de qualquer mudança nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.9

AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS ('IMPAIRMENT')

A Federação avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto para os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 2025 e 2024, a Federação não identificou eventos que indicassem a deterioração ou perda de valor recuperável sobre seus ativos financeiros e não financeiros.

3.10 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias são montantes de tributos retidos de terceiros e devidos por conta de pagamentos a fornecedores, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.11 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico futuros serão gerados em favor da Federação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Federação tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.12 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

As provisões são reconhecidas quando a Federação tem uma obrigação presente legal ou constituída como resultado de um evento passado — e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.13 **NOVAS NORMAS, PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES**

Normas novas e alterações em vigor no exercício corrente

- **Alteração a NBC TG 02 (R3) — Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis / IAS 21:** aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra.

A administração da Federação avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

Normas novas e revisadas emitidas, mas ainda não vigentes

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência no início ou após 1º de janeiro de 2026, com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo:

- **Alteração a NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e NBC TG 40 (R3) — Instrumentos Financeiros:** evidenciação / IFRS 7: classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2026.
- **IFRS 18 — Apresentação das demonstrações financeiras:** estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

- **IFRS 19 — Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: divulgações:** permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Administração da Federação está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida que os normativos são regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4
—

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa	236	87
Aplicações financeiras	1.771.030	1.520.276
	1.771.266	1.520.363
Circulante	1.765.556	1.515.385
Não circulante	5.710	4.978

As aplicações financeiras (equivalentes de caixa) são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa, e não para investimento ou outros fins, sendo que a Federação considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas por aplicações financeiras em fundos remunerados pela taxa Selic dentro de um fundo exclusivo da Federação.

5
—

CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Contribuições a receber Sesc/Senac	18.000	16.083
Outras contas a receber	77	1.818
	18.077	17.901

Os valores a receber referentes às contribuições do Sesc e do Senac foram recebidas no mês subsequente.

As perdas estimadas são constituídas, quando aplicável, para os créditos que a Administração julga de liquidação duvidosa, e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Administração entende que não há necessidade de constituição de perdas.

6
—

PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

	2025	2024
Imóvel — Edifício Fecomercio II	280.000	266.070
Imóvel — Edifício Esplanada Center	17.050	13.779
	297.050	279.849

A movimentação dos exercícios de 2025 e 2024 estão apresentadas abaixo.

	2025	2024
Saldo inicial	279.849	508.994
Ajuste a valor justo (i)	17.201	10.799
Baixas		(230.395)
Transferência		(9.549)
	297.050	279.849

(i) A empresa Binswanger Brazil efetuou a avaliação pelo método comparativo direto de dados de mercado na data-base de 31 de dezembro de 2025.

7

IMOBILIZADO

	TAXA DEPRECIAÇÃO	2025			2024
		CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Máquinas e equipamentos	10%	3.949	(3.297)	652	655
Móveis e utensílios	10%	2.836	(2.068)	768	815
Equipamentos de informática	20%	2.533	(1.107)	1.426	1.379
Imóveis	10%	19.986	(2.887)	17.099	9.309
Benfeitorias	4%	8.123	(563)	7.560	7.434
TOTAL		37.427	(9.922)	27.505	19.592

Movimentação do exercício de 2025

	2024	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	2025
CUSTO					
Máquinas e equipamentos	3.844	105			3.949
Móveis e utensílios	2.841		(5)		2.836
Equipamentos de informática	2.152	1.250	(869)		2.533
Imóveis	11.957	8.029			19.986
Benfeitorias	7.682	441			8.123
TOTAL CUSTO	28.476	9.825	(874)		37.427
(-) Depreciação acumulada	(8.884)	(1.038)			(9.922)
IMOBILIZADO LÍQUIDO	19.592	8.787	(874)		27.505

Movimentação do exercício de 2024

	2023	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	2024
CUSTO					
Máquinas e equipamentos	9.535	152	(5.843)		3.844
Móveis e utensílios	3.033	841	(1.033)		2.841
Equipamentos de informática	1.227	1.307	(382)		2.152
Imóveis				11.957	11.957
Benfeitorias	1.167	6.528	(13)		7.682
TOTAL CUSTO	14.962	8.828	(7.271)	11.957	28.476
(-) Depreciação acumulada	(9.424)	(1.447)	4.395	(2.408)	(8.884)
IMOBILIZADO LÍQUIDO	5.538	7.381	(2.876)	9.549	19.592

(i) As salas adquiridas no Edifício Capital Financial Center, situado no SIG/SUL, Quadra 04, nº 75, em Brasília/DF, destinam-se à implantação de um Centro Avançado de Inteligência Institucional. O espaço terá como objetivo apoiar a formulação, o acompanhamento e a articulação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e o desenvolvimento dos setores do Comércio, dos Serviços e do Turismo do Estado de São Paulo.

8
—

INTANGÍVEL

	TAXA DEPRECIAÇÃO	2025			2024
		CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Direito de uso	8,33%	40.040	(7.535)	32.505	36.345
Software	20%	24.149	(18.529)	5.620	3.147
Marcas e patentes		412		412	409
TOTAL		64.601	(26.064)	38.537	39.901

Movimentação do exercício de 2025

	2024	ADIÇÕES	BAIXAS	2025
CUSTO				
Direito de uso	40.040			40.040
Software	20.001	4.383	(235)	24.149
Marcas e patentes	409	3		412
TOTAL CUSTO	60.450	4.386	(235)	64.601
(-) Amortização acumulada	(20.549)	(5.516)	1	(26.064)
INTANGÍVEL LÍQUIDO	39.901	(1.130)	(234)	38.537

Movimentação do exercício de 2024

	2023	ADIÇÕES	BAIXAS	2024
CUSTO				
Direito de uso	40.040			40.040
Software	19.031	970		20.001
Marcas e patentes	617	34	(242)	409
TOTAL CUSTO	59.688	1.004	(242)	60.450
(-) Amortização acumulada	(15.987)	(4.562)		(20.549)
INTANGÍVEL LÍQUIDO	43.701	(3.558)	(242)	39.901

9
—

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2025	2024
Férias e encargos	846	838
INSS sobre plano de saúde	634	615
INSS	164	138
FGTS	60	52
IRRF sobre folha de pagamento	126	106
PIS sobre folha de pagamento	5	4
	1.835	1.753

10

ARRENDAMENTO MERCANTIL

	2025	2024
Arrendamentos a pagar	32.505	36.345
	32.505	36.345
Circulante	3.952	3.282
Não circulante	28.553	33.063

Em 2023, a Federação celebrou o contrato de locação do edifício-sede e às benfeitorias nele efetivadas, como instalações e móveis. O contrato da mencionada locação tem vigência de 12 anos (1º de janeiro de 2023 a 28 de fevereiro de 2035), e o valor total do contrato é de R\$ 40.040, o qual será atualizado a cada ano pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Abaixo, a movimentação dos arrendamentos a pagar, referentes ao direito de uso.

	2025	2024
Saldo inicial	36.345	39.560
Amortizações	(3.840)	(3.215)
	32.505	36.345

11 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Federação não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhista ou tributária. Consequentemente, não existe provisão para cobrir eventuais riscos.

12 PATRIMÔNIO SOCIAL (EM REAIS)

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio social era de R\$ 1.671.022.523 (um bilhão, seiscentos e setenta e um milhões, vinte e dois mil, quinhentos e vinte e três reais) — era de R\$ 1.487.828.134 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e vinte e oito mil, cento e trinta e quatro reais) em 31 de dezembro de 2024).

13

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Contribuições Sesc/Senac	121.806	111.437
Locações de espaço	15.582	25.716
Projetos	9.931	9.931
Convênios plano de saúde	5.052	5.946
Contribuições sindicais e assistenciais	1.872	2.088
Certificados	611	575
Outras receitas	241	306
	155.095	155.999

14

DESPESAS COM PESSOAL

	2025	2024
Salários	(5.936)	(7.684)
Benefícios	(4.017)	(3.815)
Encargos	(2.369)	(3.191)
Outras despesas com pessoal	(356)	(464)
	(12.678)	(15.154)

15

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Serviços prestados	(44.240)	(42.258)
Aluguel, condomínio e IPTU	(4.369)	(4.212)
Depreciação e amortização	(2.852)	(2.794)
Serviços de manutenção	(2.359)	(1.817)
Locação de veículos	(500)	(389)
Outras despesas	(2.025)	(2.175)
	(56.345)	(53.645)

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2025	2024
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	189.477	94.415
	189.477	94.415
DESPESAS FINANCEIRAS	(32)	(32)
Tarifas bancárias	(32)	(32)
	189.445	94.383

17

GESTÃO DE RISCOS

A Federação é exposta mediante suas operações aos seguintes riscos financeiros:

- **RISCO DE LIQUIDEZ**

Como todos os outros negócios, a Federação está exposta a riscos decorrentes da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve objetivos, políticas e processos da Federação para gerenciar esses riscos e os métodos usados para medi-los. Mais informações quantitativas sobre esses riscos são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras.

OBJETIVOS GERAIS, POLÍTICAS E PROCESSOS

A Administração tem responsabilidade geral pela determinação de objetivos e políticas de gerenciamento de riscos da Federação e mantém a responsabilidade final por eles. Ela delegou a autoridade para projetar e operar processos que assegurem a efetiva implementação de objetivos e políticas para a função de finanças da FECOMERCIO SP.

O objetivo geral da Administração é estabelecer políticas que busquem reduzir o risco, na medida do possível, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Federação. Mais detalhes sobre estas políticas são apresentados a seguir.

A) RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de liquidez é o risco de que a Federação não possa cumprir suas obrigações financeiras à medida que estas venham a ser devidas. A política da Entidade é assegurar que sempre terá dinheiro suficiente para permitir que cumpra suas obrigações quando se tornarem exigíveis, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscando danos à reputação da Federação. A chave para o sucesso na gestão de liquidez é o grau de certeza nas projeções de fluxo de caixa. Se os fluxos de caixa futuros forem bastante incertos, o risco de liquidez aumentará.

A Federação monitora o risco de escassez de recursos monitorando as datas de vencimento dos passivos financeiros existentes. Os passivos financeiros da FECOMERCIO SP são compostos por obrigações fornecedores.

18**EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração da Federação fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data-base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CROWE MACRO AUDITORIA E CONSULTORIA



**Crowe Macro Auditoria e Consultoria**

R. XV de Novembro, 184
3º Andar – Centro, São Paulo, SP
+55 (11) 5632.3733
www.crowe.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
FECOMERCIO SP – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de
São Paulo
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FECOMERCIO SP – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (“Federação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Federação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Federação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Federação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Federação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Federação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Federação.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Federação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Federação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de abril de 2026.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Rogério Guimarães".

Rogério Guimarães
Contador - CRC1SP336932/O-3

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Fábio Debiaze Pino".

Fábio Debiaze Pino
Contador - CRC1SP251154/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da FECOMERCIO SP — Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo —, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 7 de maio de 2026, examinaram o Balanço Patrimonial, encerrado em 31 de dezembro de 2025, com a Demonstração do Resultado do Período de 2025, em conjunto com as demais Demonstrações.

Em face desse exame, das verificações realizadas mensalmente nos balancetes e baseados no parecer dos Auditores Independentes, são de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira da Entidade, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Conselheiros para aprovação, com a nossa recomendação.

São Paulo, 7 de maio de 2026.

AMAURI DOS SANTOS

MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL

ATÍLIO CARLOS DANEZE

MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL

CELINO BÁRBARA

MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL



REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS,
SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE

Abram Szajman

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Ivo Dall'Acqua Júnior

SUPERINTENDENTE

Antonio Carlos Borges

FECOMERCIOSP.COM.BR